

Orçamento de 2026 precisa de R\$ 20 bi para ser fechado, diz Haddad

A decisão sobre o corte de benefícios fiscais está agora nas mãos do Congresso Nacional, disse nesta terça-feira (16) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele ressaltou que o governo precisa de R\$ 20 bilhões para equilibrar o Orçamento do próximo ano. Em entrevista na saída do Ministério da Fazenda, Haddad afirmou que o governo apresentou simulações e subsídios técnicos para viabilizar a votação do Orçamento de 2026 sem riscos fiscais. "Fizemos algumas simulações para o relator, e agora a decisão está com o Congresso Nacional, mas os subsídios foram entregues para que a conta pudesse fechar e o Orçamento pudesse ser votado na quinta-feira", afirmou Haddad após participar de reunião de líderes no Congresso nesta tarde. Fonte: Agência Brasil

PL da Dosimetria está na pauta da CCJ e do plenário do Senado nesta quarta

Alvo de resistência e negociações dos senadores, o chamado PL da Dosimetria será analisado nesta quarta-feira (17). De manhã, o projeto está pautado na CCJ e, de tarde, também já consta na pauta do plenário. Na terça-feira (16), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), reforçou que a proposta iria à votação. Ele anunciou, na semana passada, que ter o "compromisso" de votar a proposta até o fim do ano. O texto reduz penas para os condenados pela trama golpista, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e pelos atos de 8 de janeiro. Fonte: CNN Brasil

Indústria e serviços derrubam 'prévia do PIB', indicando perda de tração na economia

A retração de 0,2% no IBC-Br, considerado uma prévia do PIB, reforça o cenário de desaceleração econômica. A expectativa do mercado era de alta de 0,10%, mas este resultado adiciona um elemento a mais à análise do Copom para o início do ciclo de cortes de juros, projetado pelo mercado para o primeiro trimestre do ano que vem. Este é o segundo resultado negativo consecutivo, após a queda de 0,19% em setembro – dado revisado pelo BC frente ao recuo de 0,20% informado anteriormente. Fonte: InfoMoney

ABPA: Mercosul deve adotar reciprocidade se salvaguarda impedir vendas à UE

O presidente da ABPA, Ricardo Santin, defendeu em entrevista ao CNN Money que, caso o acordo Mercosul-UE entre em vigor e a salvaguarda adotada pelos europeus impeça o livre comércio entre os blocos, os países sul-americanos adotem reciprocidade. "[Efeitos da salvaguarda dependem] da real adoção e respeito ao livre comércio por parte do bloco, sem práticas protecionistas. De outra forma, esperamos que o governo brasileiro, em linha e conjuntamente com os governos das nações do Mercosul, adotem salvaguardas e postura equivalentes, em reciprocidade", disse. Fonte: CNN Brasil

Boletim Focus: expectativa para inflação em 2025 recua pela 5ª semana consecutiva

O Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira (15) pelo Banco Central mostrou nova redução na projeção de inflação para 2025. A mediana para o IPCA caiu de 4,40% para 4,36%, enquanto as estimativas para o câmbio foram mantidas em R\$ 5,40 por dólar, o PIB seguiu projetado em crescimento de 2,25%. Fonte: InfoMoney



Celular no ambiente de trabalho: juiz Luiz Antônio Colussi explica limites em entrevista à Rádio TST

O diretor do Foro Trabalhista de Porto Alegre, juiz Luiz Antônio Colussi, concedeu entrevista à Rádio TST, na sexta-feira (12/12), para esclarecer até que ponto o uso do celular pessoal pode ser controlado no ambiente de trabalho e em quais situações a restrição é legítima. A conversa integrou o programa Trabalho e Justiça e abordou direitos, deveres e riscos envolvidos no uso excessivo do aparelho durante a jornada. Leia a íntegra clicando aqui. Fonte: Granadeiro

Quebra de expectativa: trabalhadora passa em seleção, não é contratada e recebe indenização

Uma trabalhadora alegou quebra de responsabilidade pré-contratual após ser aprovada em exame admissional e não ser contratada. Na ação trabalhista ajuizada na 3ª VT de Fortaleza, ela pediu o pagamento de verbas trabalhistas e indenização por ter sido frustrada em sua expectativa de emprego. Em sua decisão, o juiz do trabalho Ronaldo Solano Feitosa entendeu que a empresa violou os deveres de lealdade e de boa-fé objetiva que regem a fase pré-contratual, conduta que impõe o dever de indenizar a trabalhadora pelos lucros cessantes (valores que deixou de ganhar) e por danos morais. Fonte: Granadeiro

Terminal portuário é condenado a pagar R\$ 2 milhões por dano moral coletivo

A 12ª Turma do TRT da 2ª Região manteve sentença que condenou terminal portuário de Santos-SP ao pagamento de R\$ 2 milhões por dano moral coletivo em razão da degradação do meio ambiente do trabalho, além de determinar a manutenção de uma programação sistemática de campanhas de prevenção de acidentes, planos de emergência e simulados de resgate. O montante será revertido para o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Fonte: Granadeiro